



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1468441 - SP (2019/0080517-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
AGRAVANTE : RAFAEL LUQUIS MIRANDA (PRESO)
ADVOGADO : CLEBER COSTA GONÇALVES DOS SANTOS - SP315700
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MINUTA DE AGRAVO QUE NÃO INFIRMA ESPECIFICAMENTE O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 182 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por RAFAEL LUQUIS MIRANDA contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que inadmitiu recurso especial, apresentado com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República.

É o relatório.

Decido.

A Corte de origem não admitiu o apelo nobre calcada nas seguintes razões de decidir (fls. 370-371); sem grifos no original):

"Não estão presentes os requisitos de admissibilidade necessários ao seguimento do inconformismo.

Com efeito, o recurso especial foi interposto sem a fundamentação necessária, consoante determina o artigo 1.029, do Código de Processo Civil', o que afasta a possibilidade de seu conhecimento.

O E. Superior Tribunal de Justiça, considerando a importância desse requisito formal, assinalou que '(...) Nas razões do apelo nobre, faz-se necessária a expressa e correta indicação dos dispositivos legais eventualmente ofendidos pela decisão recorrida, como também a indicação precisa dos parágrafos e/ou alíneas, a fim de que se possa identificar clara e fundamentadamente as razões da irresignação, e de que modo consistiram as tais ofensas, sob pena de ser incabível a admissibilidade do recurso, em decorrência da deficiência na sua fundamentação. Incidência do enunciado n. 284 da Súmula do STF'.

Nem mesmo com base no dissídio jurisprudencial o reclamo pode ser conhecido, uma vez que ausentes as condições exigidas pelo Código de Processo Civil, pelo Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça e pela própria Constituição Federal.

O Diploma Processual Civil, no artigo 1.029, § 1º, bem como o RISTJ, em seu artigo 255, § 1º, dispõem que: 'Quando o recurso fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência com a certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em

mídia eletrônica, em que houver sido publicado o acórdão divergente, ou ainda com a reprodução de julgado disponível na rede mundial de computadores, com indicação da respectiva fonte, devendo-se, em qualquer caso, mencionar as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.'

[...]

Ademais, incide ao caso o óbice da Súmula nº 7, do STJ, que dispõe: 'A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.'

[...]

Finalmente, no que tange à suscitada afronta à Súmula 269 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, aplicável o óbice da Súmula 518 deste Sodalício, que preceitua: 'Para fins do artigo 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula.'

Ante o exposto, não preenchidos os requisitos exigidos, NÃO ADMITO o recurso especial. Procedidas as anotações de praxe, devolvam-se os autos à origem."

Como se vê, o apelo nobre não foi admitido na origem com base nos seguintes fundamentos: **a)** incidência da Súmula 284/STF; **b)** ausência de demonstração adequada do dissídio pretoriano; **c)** óbice da Súmula n.º 7 do Superior Tribunal de Justiça; e **d)** aplicação da Súmula n.º 518/STJ.

No entanto, o Agravante, nas razões do agravo em recurso especial, deixou de rebater, especificamente, o fundamento da decisão agravada, relativo à incidência, na hipótese dos autos, da Súmula n.º 518 do Superior Tribunal de Justiça.

Incide, portanto, o óbice do Enunciado n.º 182 da Súmula desta Corte Superior, que dispõe:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Ilustrativamente:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS ESPECÍFICOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 182 DO STJ. DOSIMETRIA DA PENA. PENA-BASE. ILEGALIDADE MANIFESTA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO, COM A CONCESSÃO DE HABEAS CORPUS DE OFÍCIO.

1. É ônus do agravante impugnar as causas específicas de inadmissão do recurso especial, sob pena de incidência da Súmula n. 182 do STJ.

2. Nas razões do agravo em recurso especial, o agravante nada alegou em relação à apontada impossibilidade de cabimento de recurso especial para discutir suposta violação de norma constitucional e da mencionada ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial.

[...]

5. Agravo regimental não provido. Concessão de habeas corpus, de ofício, para reduzir a pena-base do recorrente ao mínimo legal e, por conseguinte, tornar a sua sanção definitiva em 6 anos e 8 meses de reclusão e pagamento de 666 dias-multa." (AgRg no AREsp 743.772/ES, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 22/08/2018.)

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora